

# A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL

*Marcos Antonio Tavares Soares\**

## RESUMO

*O artigo analisa a questão da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo sob a regência das finanças. Apresenta a dinâmica do mercado de trabalho no período conhecido como regime de acumulação flexível, no qual se observa que o capital combina novas estratégias de exploração da força de trabalho com formas pretéritas de extração de mais valia pari passu ao desenvolvimento de mecanismos que levam à expansão do capital financeiro. Nesse momento o capital, parcialmente, queima etapas do ciclo D-M-D' (D-M...P...M-D'), passando a se valorizar na forma D-D'. Apesar da constatação da dominância das finanças no regime de acumulação flexível, a esfera da produção não é eliminada e o trabalho continua a ser central para o capitalismo.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Mais Valia. Regime de Acumulação. Trabalho. Valor.*

## INTRODUÇÃO

O capitalismo desde os seus primórdios se assenta na propriedade privada e na produção com base no trabalho assalariado. O objetivo é a valorização do valor, a busca do lucro, a produção para a valorização do capital adiantado, D-M-D'. Verifica-se na história desse modo de produção de riqueza material e de geração de mais valor, a permanente instabilidade sistêmica e a eclosão de crises econômicas e conflitos políticos.

No período que vai do pós-Segunda Guerra até o final da década de 1960, as economias capitalistas se desenvolviam sob a regência do capital produtivo.

\*Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista da Fapesb. E-mail: tavaresuesb@yahoo.com.br.

A lógica da produção dominava a economia e as políticas nacionais atuavam no sentido de assegurar a demanda efetiva das mercadorias. Esse período é marcado por políticas econômicas de orientação keynesiana que preconizavam a expansão da produção e a geração de empregos. É nesse período que na Europa se dá a construção do “Estado do bem-estar social”.

O sistema financeiro tinha um papel potencializador do círculo virtuoso da produção, capitalizando as empresas para promover a elevação da produção e geração de novos postos de trabalho. Durante esse período, nos países centrais, as taxas de desemprego mantiveram-se reduzidas; os ganhos de produtividade se traduziam em redução da jornada de trabalho, elevação da renda média do trabalho e da participação dos trabalhadores na distribuição da renda nos seus respectivos países.<sup>1</sup>

No Brasil, a economia crescia e se desenvolvia com abertura de novos postos de trabalho, com mobilidade social e processo de estruturação do mercado de trabalho. É certo que esse processo se dava com forte concentração de renda e desigualdade social. Faltou aqui a construção do “Estado de bem estar social”. O Estado brasileiro preocupou-se com o crescimento econômico e deixou as questões sociais a serem resolvidas pela “mão invisível” do mercado.

A partir de 1970, o regime de acumulação de capital regido pelos interesses do capital produtivo dá sinais de esgotamento, que se revela nas baixas taxas de crescimento econômico, como o que ocorreu nas economias dos EUA, Reino Unido e Japão. Com a crise de reprodução do capital na esfera produtiva, expandem-se as estratégias de valorização do capital nos mercados financeiros.

Com o desenvolvimento dos mercados financeiros e a sua liberdade de movimentação na economia internacional, o capital dinheiro autonomiza-se e sua valorização se dá a taxas mais elevadas do que às praticadas na esfera produtiva da economia, o que vai resultar em maior poder de atração de capitais para a reprodução fictícia. Com isso, a riqueza fictícia em circulação na economia mundial se potencializa e com ela estrutura-se com força o poder político dos rentistas e dos conglomerados econômicos que também atuam na esfera financeira.

No Brasil, no período entre 1990-2002, observa-se o processo de reestruturação produtiva, de abertura comercial e financeira e de redução do tamanho do Estado. No setor privado, numa conjuntura de acirramento da

---

<sup>1</sup> Husson (1999) apresenta dados sobre os ganhos do trabalho no período.

concorrência entre capitais, novos métodos de produção e gestão da força de trabalho são adotados com o intuito de reduzir o custo da força de trabalho, os quais vão resultar, para os trabalhadores, em flexibilização do trabalho, redução dos rendimentos médios e queda na participação na riqueza nacional.<sup>2</sup>

O governo brasileiro, em 1994, implanta o Plano Real com o objetivo de combater a inflação. Para manter o equilíbrio do Balanço de Pagamento, com a moeda nacional sobrevalorizada, o governo precisa elevar taxas de juros de modo a atrair dólares. A elevação da taxa de juro real implicou no crescimento da dívida pública interna e, por conseguinte, foi necessária a geração de superávits primários. Para alcançá-los, o setor público adotou a política de ajustes fiscais de modo a permitir o pagamento dos juros da dívida pública interna, sendo esta uma das fontes de valorização do capital financeiro. Desse modo, avança o processo de financeirização, o qual passa a subordinar as políticas econômicas, sociais e de gestão de pessoal dos governos.

Esse trabalho analisa a dinâmica contemporânea do capitalismo sob a regência do capital financeiro que se desenvolve num círculo vicioso que implica em desajuste social com precarização do trabalho e da renda dos trabalhadores assalariados. No próximo tópico, analisaremos as consequências do avanço da acumulação flexível no mercado de trabalho. No tópico seguinte, parte-se do pressuposto de que, mesmo com as transformações no mercado de trabalho sob a regência do capital financeiro, o trabalho continua a ser central para o processo de reprodução capitalista. No último tópico, antes das “Considerações Finais”, apresentamos as implicações do processo de financeirização da economia no mercado de trabalho.

## **DEMANDA POR TRABALHO VIA RETORNO ÀS FORMAS DE EXTRAÇÃO DE MAIS-VALIA ABSOLUTA**

Na década de 1970, o regime de acumulação baseado no keynesianismo/fordismo esgotou-se, e a estratégia adotada pelo capital para sair da crise se deu por intermédio da flexibilização da produção e liberalização das finanças, como forma de se contrapor à tendência ao descenso da taxa de lucro:

Se cai a taxa de lucro, o capital se torna tenso, o que transparece no propósito de cada capitalista de reduzir, com melhores métodos, etc.,

---

<sup>2</sup>A partir de 2005, verifica-se uma reversão de tal processo. No período que vai de 2005-2009, as taxas de desemprego são reduzidas, a renda média do trabalho real eleva-se e a distribuição funcional da renda volta a apresentar melhora da participação dos trabalhadores (IPEA, 2008).

o valor individual de suas mercadorias abaixo do valor médio social, e assim fazer um lucro extra, na base do preço estabelecido pelo mercado; ocorrerá ainda especulação geralmente favorecida pelas tentativas apaixonadas de experimentar novos métodos de produção, novos investimentos de capital, novas aventuras, a fim de obter um lucro extra qualquer, que não dependa da média geral e a ultrapasse (MARX, 1980, p. 297).

Conforme apontado por Marx, um dos caminhos de que o capital se utiliza para transpor a crise é reduzir, por meio de métodos mais eficazes, o preço individual das mercadorias. O capitalista buscará novos métodos de produção para obter lucro acima da taxa média corrente. Outra alternativa é a busca da valorização na esfera financeira, o que tende a agravar a reprodução do capital no longo prazo.<sup>3</sup>

O esgotamento do regime de acumulação<sup>4</sup> keynesiano-fordista significou a crise do sistema capitalista, nos anos de 1970, tendo, como seu epicentro, a queda da taxa de lucro. A acumulação flexível apresentou-se como o “ajuste” capaz de fazer a economia superar a crise, elevando a taxa média de lucro, uma vez que,

a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia absoluta, apóia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível de capital. [...] Nos termos da segunda estratégia, denominada mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho. Também aqui a violência proliferante dos investimentos, que cortou o emprego e os custos do trabalho em todas as indústrias (HARVEY, 1998, p. 174).

<sup>3</sup>Cf. o Livro II de **O Capital**. Arrighi, no seu livro **O longo século XX**, também analisa o processo de expansão financeira que decorre da estagnação da reprodução do capital na esfera produtiva (Cf. ARRIGHI, 1996).

<sup>4</sup>Regime de acumulação compreende a organização do trabalho e o modo de consumo em um sistema econômico. Sobre a definição de regime de acumulação, consultar R. Benakouche (1981).

Dessa forma, a acumulação flexível do capital é o recurso encontrado pelo sistema capitalista para sair da crise em que mergulhara a economia mundial, no último quartel do século XX, uma vez que ela possibilita a combinação das duas estratégias de extração da mais-valia, a absoluta e a relativa. A novidade, no entanto, deve-se à flexibilidade do mercado de trabalho, que permitiu potencializar a extração da mais-valia absoluta, e, com isso, as estratégias de exploração do trabalho vivo voltam a ganhar força.

No período marcado pelo keynesianismo-fordismo, a rigidez do mercado de trabalho e a intervenção estatal na economia não impulsionavam a ampliação da extração da mais-valia absoluta. Pelo contrário, apresentava-se como tendência à redução da jornada de trabalho.

O processo de redução da jornada de trabalho estanca *pari passu* ao desenvolvimento do novo regime de acumulação de capital que se expande na economia mundial. O regime de acumulação flexível além de proporcionar maior liberdade ao capital, também fez ressurgir as velhas formas de extração da mais-valia, as quais se alimentam da ampliação da jornada de trabalho.

As novas formas de organizar a produção e o consumo se desenvolvem em um contexto de grande oferta de força de trabalho no mercado, produto do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo que tendem a aumentar a subordinação do trabalho ao capital.

Com a crise dos anos de 1970, o ajuste econômico se deu via reestruturação das relações capital versus capital-estatal (rentismo parasitário<sup>5</sup>); capital versus trabalho (elevação da taxa de mais-valia, que se deu por meio do arrocho salarial, expansão do processo de informalidade do trabalho e pela apropriação dos ganhos de produtividade sem redução da jornada de trabalho); bem como por intermédio da expropriação do Estado (processo de privatização que ocorre nos países subdesenvolvidos).

Com relação ao papel do Estado na economia, Ramonet afirma que os conglomerados econômicos servem-se dos Estados locais para assegurarem a realização da mais-valia pela dominação do mercado mundial. Mais do que isso: “em uma economia global, o papel do Estado é desconfortável. Já não controla o câmbio, nem os fluxos de capital, de informações ou de mercadorias” (RAMONET, 1998, p. 57).

<sup>5</sup>O Estado não mais alavanca a reconversão produtiva de capitais, ao contrário, passa a impulsionar a inatividade, o rentismo e o parasitismo do capital financeiro, acelerando a centralização privada capitalista, que permite uma maior acumulação de capital e maior controle do mercado por parte de conglomerados econômicos (Cf. XAVIER, 2000).

Para chegar à compreensão da dimensão do poder econômico e político dessas empresas, deve-se considerar, por exemplo, que:

O volume de negócios da General Motors é mais elevado que o Produto Nacional Bruto (PNB) da Dinamarca; o da Ford é mais importante do que o da África do Sul; e o da Toyota supera o PNB da Noruega. [...] Assim, a realidade do novo poder mundial escapa amplamente aos Estados. A globalização e a desregulamentação da economia favorecem a emergência de novos poderes que, com a ajuda das tecnologias modernas, transbordam e transgridem incessantemente, as estruturas estatais (RAMONET, 1998, p. 60).

Este processo resulta em uma maior acumulação e, conseqüentemente, contribui para a elevação da composição orgânica do capital que, juntamente com os cortes de investimentos estatais, reduz a oportunidade de emprego para os trabalhadores, levando à expansão do “exército industrial de reserva” (EIR). Vale destacar que a produção e reprodução do EIR não implica em um menor número de trabalhadores produzindo mercadorias no sistema capitalista, apenas aponta para um descompasso entre oferta de novos postos de trabalho em relação ao crescimento demográfico. Na verdade, continuam a ocorrer novos investimentos e com eles novos trabalhadores entram no mercado de trabalho. Contudo, as novas inversões demandam cada vez mais um número menor de trabalhadores.<sup>6</sup>

Sob o controle dos conglomerados e das idéias neoliberais, nos EUA, por exemplo, os trabalhadores estão trabalhando mais horas hoje do que na década de 1960 – um percentual maior que 25% dos trabalhadores em tempo integral tem trabalhado 49 horas por semana ou mais (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002).

Verifica-se que, entre 1980 e 1995, período de desenvolvimento mais intenso do novo regime de acumulação (acumulação flexível – toyotismo – fordismo híbrido),<sup>7</sup> a taxa de desemprego na Europa passou de 6% para 12%; na União Européia, 11% da população ativa encontra-se desempregada, o equivalente a 18 milhões de trabalhadores (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002).

Com a acumulação flexível, a mais-valia absoluta volta a ter uma posição importante na formação do lucro operacional dos capitalistas. Isso vai permitir, associado a outros fatores, que as empresas desacelerem a queda da taxa de lucro. Por outro lado, a exploração do trabalho volta a se dar tanto pela maior

<sup>6</sup>Sobre o assunto, consulte-se o Livro II, Capítulo XIII, de O Capital (MARX, 2008).

<sup>7</sup>Uma discussão sobre a coexistência e a hegemonia entre os regimes de acumulação pode ser vista em Antunes (2000).

intensidade como pela elevação da jornada de trabalho e, mais tarde, pela flexibilização das leis trabalhistas.

Nos países centrais, resulta desse processo o decréscimo no número de postos de trabalho formais em função do deslocamento industrial e a precarização dos que surgem. Vê-se, também, a retomada de formas de superexploração aparentemente superadas, como, por exemplo, o trabalho domiciliar. Corroborando a idéia até aqui desenvolvida, Harvey chama a atenção para o retorno dos

sistemas de trabalho domésticos, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do ‘teletransporte’, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que os sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade (HARVEY, 1998, p. 175. Grifos nossos).

Harvey constata que, sob o regime de acumulação flexível, o capital utiliza-se de estratégias de exploração do trabalho aparentemente superadas. Pelo menos essas formas de superexploração não tinham a magnitude e importância, no regime fordista-keynesiano, que passaram a ter na acumulação flexível.

O fato de serem toleradas, apesar da sua face cruel, deve-se ao propósito de que elas, agora, se encontram mascaradas em slogans: são “trabalhadores autônomos”; “o trabalhador se tornou o próprio patrão”; são “empreendedores”, “cooperados”, “associados”, “parceiros”, “colaboradores” etc. O discurso hegemônico já lhes cortou, inclusive, a possibilidade de sonhar com outro mundo potencialmente possível, restando-lhes, apenas, vender a força de trabalho ou seus serviços a “qualquer preço”. É nesse contexto que se dá o retorno do trabalho familiar, domiciliar e informal, formas de exploração que reaparecem por permitir a ampliação do lucro do capitalista.

Isto acontece em função da possibilidade, que tem se efetivado, do pagamento de salários mais baixos para os trabalhadores informais, devido: à inclusão do trabalho feminino e infantil (a remuneração recebida por mulheres

e menores trabalhadores tende a ser mais baixa que a média, isso quando são remunerados); à redução do capital fixo nas empresas (pois, agora, o trabalhador utiliza as instalações de sua própria moradia); à ampliação da jornada de trabalho pela “iniciativa” do trabalhador (maior extração de mais-valia absoluta); e, por fim, à flexibilização ou completa ausência de encargos trabalhistas.

No período compreendido entre 1945 e 1965, o desemprego era produto do crescimento da composição orgânica do capital;<sup>8</sup> no período de 1965 a 2005, isto continuou e continua ocorrendo em função não apenas do fator anterior, como também por meio da exploração do trabalho precário. Esta precarização do trabalho produz números falsos sobre o emprego da força de trabalho, uma vez que, muitas vezes, o operário continua produzindo para a empresa da qual foi demitido, não obstante agora ele seja um trabalhador autônomo, um fornecedor de produtos ou serviços, podendo ser encontrado no domicílio exercendo o trabalho informal, numa empresa de uma única pessoa jurídica (PJ) ou em uma cooperativa.

No próximo tópico apresentaremos o processo de acumulação flexível na esfera das finanças e suas implicações no uso da força de trabalho. A reprodução do capital sob a regência das finanças provocou mudanças nas taxas de lucro de mercado e impôs novas formas de racionalização do trabalho. Na ótica defendida no texto, esse novo modo de racionalização do trabalho, antes de negar sua necessidade, confirma ser o trabalho imprescindível ao capital.

## **FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E A CENTRALIDADE DO TRABALHO**

Os anos da década de 1970 marcam o esgotamento do modelo de acumulação de capital sob a regência do capital produtivo e do Estado orientado por políticas keynesianas de intervenção na economia e promotor do bem-estar social. A partir de 1980 intensifica-se o processo de reestruturação produtiva. Até então, a acumulação de capital vinha sob a regência da esfera da produção, e os setores produtores de bens de capital, de bens de consumo duráveis e não duráveis eram os responsáveis pela dinâmica econômica, pela estruturação do mercado de trabalho e pela valorização do valor.

---

<sup>8</sup>Composição orgânica do capital (COK) trata da relação entre capital constante (CC = instalações, máquinas e equipamentos) e o capital variável (CV = capital destinado a compra de força de trabalho);  $COK = CC/CV$  (MARX, 2008).



Contudo, na década de 1970 a reprodução ampliada do capital dava sinais de baixo dinamismo<sup>9</sup> econômico que vinha acompanhado de queda na taxa de lucro. Fracalanza (2008), com relação a esse período, observa que a dinâmica da economia já não atendia aos anseios de acumulação de capital das corporações oligopolistas, conforme o trecho que segue:

“Todavia, nos anos de 70, as tensões próprias a todo regime de acumulação colocam-no em cheque. A incapacidade de ampliação contínua da produtividade marcou um acirramento das tensões que se mostram incontornáveis naquele momento. Os arranjos institucionais prevalecentes começaram a mostrar-se inadequados para parte expressiva dos agentes em oposição. As corporações oligopolistas não suportaram a contínua queda de lucros que se seguiram à queda da produtividade nos anos 70. Seria necessário intensificar o combate às estruturas econômicas construídas no pós-guerra, sobretudo as associadas à manutenção de elevações contínuas do salário real, bem como aquelas sustentadoras dos Estados de Bem-Estar Social, a exemplo da estrutura tributária e de financiamentos dos gastos públicos em seguridade social (FRACALANZA, 2008, p. 7. Grifos nossos).

Diante dos problemas de reprodução ampliada do capital na busca da valorização do valor, inicia-se um processo de reestruturação produtiva, reforma do Estado e liberalização comercial e financeira. Dada às novas demandas dos capitalistas, as idéias neoliberais começam a tomar a forma de políticas econômicas e sociais. Estas vão atuar no sentido de garantir a recomposição dos lucros em detrimento dos ganhos sociais advindos do crescimento do emprego (público e privado), da regulação do mercado de trabalho, do investimento público e dos gastos sociais com políticas universais. No que se refere ao mercado de trabalho, processa-se a flexibilização das relações de trabalho de forma a permitir ajustes no uso, na contratação, no volume e no preço da força de trabalho.<sup>10</sup>

A valorização do valor sob a lógica do capital financeiro não anula a esfera da produção, mas a submete à lógica de valorização financeira e fictícia do capital. A produção continua a se expandir – mesmo que seja com taxas mais baixas - e com ela surgem novos produtos, indústrias, profissões e postos de trabalho.<sup>11</sup>

<sup>9</sup>Na economia dos EUA, a taxa de crescimento passou de 1,9%, entre 1963/1973, para 0% no período compreendido entre 1973/1977; no Reino Unido, no mesmo período, caiu de 3,0% para 0,5%; também no Japão a economia decresceu, de 8,7% para 2,8% (BENAKOUCHE, 1981).

<sup>10</sup> Sobre esse processo, cf. Krein (2007).

<sup>11</sup> Aqui concordamos com a idéia de Schumpeter de destruição criadora: “A abertura de novos mercados – estrangeiros ou domésticos – e o desenvolvimento organizacional, da oficina artesanal aos conglomerados como a U.S. Steel, ilustram o mesmo processo de mutação industrial [...] que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de destruição criativa é o fato essencial acerca do capitalismo” (SCHUMPETER, 1984, p. 112-113).

A acumulação de capital sob a regência da lógica das finanças não implica que caminhemos para a sociedade do fim do trabalho. O que se verifica é que a liderança das finanças na acumulação de capital impõe mudanças ao setor produtivo privado e ao setor público. Nas empresas, as mudanças implicam em novas formas de gestão do capital e do trabalho. No setor público, são exigidas reformas do Estado e políticas macroeconômicas que permitam o pleno desenvolvimento do capital (*superávit* primário, liberdade comercial e financeira), principalmente do capital financeiro.

Como o capital busca a valorização do valor e o mercado financeiro se apresenta como um espaço propício para sua valorização, montante cada vez maior de capital é destinado à valorização na esfera financeira. Nesse circuito D-D' o capital se autonomiza. Contudo, a esfera produtiva não é eliminada e lastreia parte das mercadorias que circulam no mercado financeiro e, além disso, é na produção que é assegurada a base material para a reprodução social. Sobre a relação entre capital produtivo e capital financeiro, diz Mazzucchelli (2004, p. 79):

Isso não significa, desde logo, que a valorização do capital fictício possa prescindir, ou se separar, da valorização do capital produtivo. Mais uma vez, a relação que se estabelece aí é a mesma que prevalece entre o capital a juros e o “capital em funções”. Há uma independência recíproca entre os respectivos movimentos, são determinações distintas que regulam o capital como propriedade vis-à-vis o capital produtivo – mas independência não significa separação. Há uma relação de unidade que é originária e constitutiva a ambas as formas e que subordina, em última instância, a valorização do capital (sob qualquer forma) às operações do capital produtivo.

Dessa forma, não é demais afirmar que a dinâmica capitalista é resultado de múltiplas determinações e que o uso do método dialético é relevante para a sua compreensão. O fato de, na fase atual, o capital financeiro ser o principal agente determinante da taxa de lucro média de mercado, não implica a eliminação do capital produtivo nem do trabalho. Além disso, vale lembrar que o capital define-se como uma relação social de produção e que a sociedade, para a sua existência, carece de uma base material, a qual é edificada pela transformação da natureza pelos homens, processo esse chamado por Marx de processo de trabalho. Vale lembrar também que no capitalismo, o objetivo do capitalista é a valorização do valor adiantado, do capital-dinheiro. Este se valoriza por meio do trabalho produtivo, trabalho capaz de valorizar o valor e não apenas capaz de gerar riqueza material.

Desse modo, entende-se que não é possível eliminar a esfera da produção do processo de reprodução do capital e da compreensão da realidade<sup>12</sup> gerada pelas relações sociais de produção capitalista. Dito isso, parece mais razoável continuar a analisar a dinâmica do trabalho (trabalho abstrato e concreto) na sociedade contemporânea, pois, se a conclusão fosse à do fim do trabalho, não faria sentido continuar a investigação do objeto, a não ser como uma pesquisa de valor histórico.

O exposto até aqui não nega as evidências que apontam para a produção da redundância da força de trabalho, da superpopulação relativa e da redução do quantum de trabalho plasmado nas mercadorias; apenas reafirma a centralidade do trabalho na reprodução social e na produção capitalista. De um lado, temos elevação da composição orgânica do capital e desenvolvimento de novos métodos de organização e gestão do trabalho, os quais vão resultar em aumento da produtividade do trabalho. Cada novo investimento de capital tende a empregar relativamente um número menor de trabalhadores e, com isso, a produção da superpopulação relativa. Esta é redundante, excessiva, dada a incapacidade do capital de absorver o número crescente de trabalhadores na sua totalidade. Contudo, apesar do crescimento da massa de desempregados, também é possível verificar o crescimento do número de trabalhadores mobilizados pelo capital. Esse crescimento tem se dado, principalmente, em países emergentes como a China, Índia e Brasil.

Se a análise sobre a dinâmica econômica e social se centrar num período longo, por exemplo, um século, será constatado que o trabalho assalariado – abstrato – se expande. Quanto ao emprego do “chão de fábrica”, o trabalho enquanto ação que transforma a natureza de modo consciente, também é possível identificar a expansão do trabalho na indústria em números absolutos.<sup>13</sup> Husson, em seu estudo, chega à seguinte conclusão:

<sup>12</sup> Marx, em **Para a crítica da economia política**, afirma: “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso [...]”. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados” (MARX, 2005, p. 40). De acordo com Marx, e concordando com Mazzucchelli, a compreensão do real, da economia capitalista, passa pela articulação das múltiplas determinações do real.

<sup>13</sup> Nesse sentido, afirma Coggiola (2002, p. 476): “Em países como o Brasil, a classe operária cresceu de 1,1 milhão (1949) para 14,6 milhões (1990); no Egito, de 400 mil (1954) para 7,3 milhões (1990); na China, de 17 milhões (1950) para 136 milhões (1996). Nos ‘tigres asiáticos’ [...] passou-se de 2,1 milhões de operários industriais (1950) para 29,5 milhões (1990). De conjunto, em meados de século XIX havia 20 milhões de operários industriais, na Europa e nos EUA (1,5% da população mundial); em 1900, 70 milhões, principalmente na Europa, Rússia, Estados Unidos e Japão (4% da população mundial); em 1950, existiam aproximadamente 150 milhões de operários industriais (6% da população mundial). Em 2000, a equivalente cifra se situa, segundo estimativas, entre 550 e 600 milhões (10% da população mundial), dois terços dos quais nos países ‘em desenvolvimento’”. Outro autor que também discute a questão, e conclui que o trabalho continua a ser categoria central, é Prieb (2005, p. 178-185, especialmente). No caso do Brasil, entre 2002 e 2009 foram gerados mais de 10 milhões de novos postos de trabalho. É certo que nesse número estão incluídos todos os trabalhadores formais – com registro em carteira – e não apenas os trabalhadores que participam do processo de valorização do valor do capital adiantado.

Em números absolutos, chegamos, finalmente, a um balanço da evolução do volume de trabalho que mostra que este último aumentou em quase  $\frac{1}{4}$  nos seis principais países capitalistas [...]. De 431 bilhões de horas de trabalho, em 1960, passamos a 530 bilhões em 1996. Somente na Europa é que o volume de trabalho diminuiu, mas se estabilizou nos quinze últimos anos (HUSSON, 1999, p. 10).

Contudo essa expansão não é suficiente para assegurar que a indústria continue a ser a maior geradora de emprego entre os três setores da economia – primário, secundário e terciário. A produção industrial que inicialmente, séculos XVII e XVIII, se localizava em alguns países europeus, ao longo do século XIX e, principalmente, no século XX, difunde-se pelo mundo e passa a incorporar uma massa maior de trabalhadores. Se, de um lado, se observa desindustrialização em alguns países ou redução do número de trabalhadores no setor secundário, por outro lado, temos também processo de expansão da indústria em países<sup>14</sup> que até então eram economias de base agrícola.

Para fazer frente ao processo de ganhos de produtividade e redução do número de novos trabalhadores incorporados nos ciclos de expansão, faz-se necessário, para geração de novos postos de trabalho, a elevação dos investimentos, públicos e privados, a redução da jornada de trabalho<sup>15</sup> e a elevação dos gastos sociais, entre outras medidas. Não é demais lembrar que nos chamados “Anos Gloriosos” essas medidas eram postas em prática pelos países centrais.

Observa-se que a partir de 1970 ocorre uma inversão da dinâmica econômica dos “30 Anos Gloriosos”: o desemprego avançou nas economias de mercado e a parcela do capital destinado à valorização na esfera produtiva deslocou-se parcialmente, e de forma significativa, para o mercado financeiro. Com isso, o processo de desajuste social avança nas economias capitalistas

<sup>14</sup>Majnoni d’Intignamo (1999) chama a atenção para o surgimento de novas indústrias de tecnologia avançada que geram empregos. Em alguns países, o fluxo de geração de emprego se dá de forma permanente e contrabalança os empregos perdidos em outros segmentos industriais tradicionais. A autora também aponta para a perda de emprego nos países europeus por ter preservado “por tempo demasiado longo, empregos condenados, ou ainda, sem dúvida, também por causa de nossos custos salariais e de nossa generosa proteção social” (MAJNONI D’INTIGNAMO, 1999, p. 91). A autora conclui: com os altos custos sociais, diversas empresas da Europa fazem novos investimentos na Europa Oriental e Ásia em busca de condições que permitam a valorização dos seus capitais de forma mais vantajosa.

<sup>15</sup>Sobre a redução da jornada de trabalho, Lesbaupin e Mineiro (2002, p. 79) destacam: “A evolução da jornada de trabalho apresenta uma impressionante homogeneidade internacional [...]. Em 1865, o movimento operário já tinha conseguido reduzir esse total, em média, a 3.000 horas por ano. E esta tendência reducionista vai prosseguir durante um século. Em 1960, a duração anual do trabalho já estava entre 2.000 a 2.100 horas [...]. Na maioria dos países da OCDE, o movimento de redução pára em torno de 1980-82”.

e com ele crescem as taxas de desemprego. Diante desse processo surgem interpretações que afirmam que o capital passa a prescindir do trabalho. É sobre esse processo de financeirização no Brasil, e seu reatamento no trabalho, que a parte seguinte se ocupará.

## **MERCADO DE TRABALHO SOB A REGÊNCIA DO CAPITAL FINANCEIRO**

O processo de financeirização tem um duplo caráter. Por um lado, ele pode impulsionar a produção industrial ao financiar investimentos produtivos; por outro, a esfera financeira pode ganhar em importância deslocando a valorização do capital pela via da produção para a esfera do mercado financeiro. Com relação a esse aspecto da financeirização, Salama (2002, p. 116) afirma: “quando o peso dos ativos financeiros no balanço das empresas se torna considerável, há uma grande probabilidade de que essas atividades se realizem em detrimento da atividade principal”.

Dessa forma, na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo, ancorado no setor produtivo, o mercado financeiro (MF) pode ter um papel importante na fase de expansão dos ciclos da economia. Por outro lado, a financeirização pode ter efeitos nocivos<sup>16</sup> para o desenvolvimento do setor produtivo quando passa a atrair capitais que se reproduzem no próprio MF. Neste, a valorização do capital,<sup>17</sup> via valorização fictícia, se dá a taxas maiores que as praticadas na esfera produtiva. Com isto, a tendência é de escassez de capital para o investimento direto na produção (IDE) e/ou exigência de formas de reprodução do capital na esfera produtiva competitivas com os resultados advindos do MF. O desenvolvimento do mercado financeiro vai influenciar a formação da taxa de lucro média do mercado, o que resultará em maiores exigências ao capital produtivo.

Quando a economia passa a ser liderada pela esfera financeira, como na fase atual do capitalismo, o aparelho produtivo precisa dar respostas que atendam à taxa de lucro média que se forma sob forte influência do MF. Com

---

<sup>16</sup> Keynes (1983, p. 255) se mostrava contrário à função do *rentier* e defendia “a eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital” e não via razões para a escassez de capital: “mas, enquanto houver razões intrínsecas para a escassez de terra, não há razões para escassez de capital”.

<sup>17</sup> A remuneração do capital financeiro, o juro, sairá do lucro da produção ou, na impossibilidade deste pagar o juro, o próprio mercado financeiro criará novas formas de dívidas que se materializam em títulos, que asseguram a valorização do capital financeiro. Este ganha independência e vincula-se a um circuito autônomo, criando os próprios mecanismos de valorização fictícia do capital (D-D') e de acumulação financeira (BRAGA, 2008).

isso, constata-se a expansão de formas de gestão da produção que buscam flexibilizar o modo como o capital vai se reproduzir na esfera produtiva.

Dessa forma, a reestruturação produtiva centrada na flexibilização das relações de trabalho visa atender às novas exigências reprodutivas do capital que, sob a regência do capital financeiro, desenvolve-se num círculo vicioso em que a geração de riqueza material e social não acompanha a expansão da riqueza fictícia. Esse ciclo vicioso impõe ao setor produtivo taxas de rentabilidade que implicam em maior grau de exploração e precarização da força de trabalho.

Krein (2007), analisando o processo de reestruturação produtiva no Brasil entre 1990 e os primeiros anos do século XXI, observa que esse processo se manifesta na esfera pública e privada com o objetivo de racionalizar custos e flexibilizar os contratos, adaptando-os para o capitalismo contemporâneo que se desenvolve de modo mais instável:

Nesse cenário de maior instabilidade e de exposição à concorrência, as grandes empresas tendem a realizar uma “reestruturação produtiva” que tem como finalidade a sua flexibilidade e buscar reduzir custos, dada a importância adquirida pela dimensão financeira na valorização do capital. O conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais contribui para impulsionar a flexibilidade tanto numérica como funcional. A numérica pode ser observada na estratégia das grandes empresas e do setor público de adotar a terceirização e outras formas de contratação com o objetivo de racionalizar os custos e facilitar rompimentos de contratos (KREIN, 2007, p. 12. Grifos nossos).

No trecho grifado destaca-se a relação entre a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho com o processo de financeirização da economia. Essa relação levará o Estado e o setor privado a adotarem medidas que os tornem adaptados à nova realidade econômica de maior instabilidade. Para isso, será necessário, às empresas privadas, cortarem custos, e ao Estado, cortar gastos.

Desse modo, observa-se que o ataque ao trabalho se faz em diversas frentes. Mas, a constatação não nos permite afirmar que a sociedade caminha para uma produção sem trabalho, para um capitalismo que prescindir do trabalho. O que se observa é um processo de ataque ao trabalho e que, na nossa ótica, se dá porque o trabalho é imprescindível para a reprodução capitalista.

É certo que a tendência do sistema – conforme Marx – é de produção e expansão do “exército industrial de reserva”, de aumento da “superpopulação”

– principalmente, o da parcela chamada por Marx de “estagnada”. Também é correto afirmar que as mercadorias têm cada vez menos trabalho plasmado e, por isso, o quantum de trabalho incorporado é cada vez “mais miserável”. Contudo, mesmo reconhecendo a tendência à produção de desempregados como imanente ao sistema capitalista, isso não nos permite concluir que a força de trabalho é desnecessária para a reprodução do capital e, principalmente, para o funcionamento do modo de produção capitalista considerado nas suas múltiplas determinações.

Se fosse verdade que o capital prescindia do trabalho na fase em que o capitalismo se desenvolve sobre a regência do capital financeiro, por que então os capitalistas buscam reduzir o custo da força de trabalho? Por que desde os anos de 1980 a legislação trabalhista sofre ataques e revisões que buscam flexibilização, de modo a assegurar condições mais favoráveis para a reprodução capitalista? Por que os capitalistas vão demandar trabalho nas cooperativas – via contratos de prestação de serviços – e na informalidade – via contratos comerciais que dissimulam a relação de produção entre capital e trabalho?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações pelas quais passa o mercado de trabalho brasileiro revelam que está em curso um processo de flexibilização do trabalho que atinge os trabalhadores do setor privado e do setor público e, inclusive, aqueles que aparentemente não vendem força de trabalho, como o trabalhador por “conta própria” que “trabalha por conta alheia”.

Nas décadas de 1970 e 1980 o trabalho informal se expandia, principalmente, puxado pelas atividades de sobrevivência resultantes do excedente estrutural da força de trabalho. A partir de 1990, a exploração do trabalho informal também passa a ser mais uma estratégia adotada pelo capital no processo de reestruturação produtiva que visa reduzir o custo da força de trabalho.

Todo esse processo de reestruturação produtiva e reforma de Estado é regido pela lógica das finanças e se contrapõem às conquistas que os trabalhadores obtiveram ao longo do século XX. Apesar do avanço tecnológico e da elevação da produtividade do trabalho nos últimos 30 anos, a jornada de trabalho média não foi mais reduzida mundialmente. Na maioria das economias de mercado, a participação dos trabalhadores na distribuição da renda diminuiu, como também caiu o rendimento médio do trabalho.

Os prejuízos do capital financeiro são socializados com o conjunto da população sob a argumentação de que, com a quebra do sistema financeiro, todos perderão. Contudo, com a expansão da lógica das finanças, quem ganha? Sabe-se que os prejuízos são socializados, ver crise hipotecária americana e Proer no Brasil; já os resultados positivos são privados e significam poder de apropriação pelos capitalistas da riqueza gerada pelo conjunto dos trabalhadores.

Por fim, conclui-se que o capitalismo, quando se desenvolve sob a regência do capital produtivo, sustenta-se nos ombros dos trabalhadores. Já o seu desenvolvimento sob a liderança das finanças também se sustenta nos ombros dos trabalhadores, só que de modo mais perverso. A hegemonia política e econômica dos interesses das finanças eleva a discrepância entre a renda do trabalho e a do capital, entre pobres e ricos e tende a empurrar o valor do trabalho ao seu limite mínimo.

É da lógica do capital subordinar o trabalho e buscar a ampliação da exploração, principalmente em momentos de crise, pois a estratégia de reduzir o custo da força de trabalho é um instrumento que o capital dispõe para reverter a tendência à queda da taxa de lucro. É certo que nas fases descendentes dos ciclos econômicos, em função do desaquecimento da economia e/ou recessão, mobiliza-se uma quantidade menor de trabalho e de capital na esfera produtiva da economia. Contudo, isso não quer dizer que o capital, o investimento capitalista e o trabalho deixaram de ser imprescindíveis ao funcionamento do modo de produção capitalista. Desse modo, o trabalho continua a ser categoria central no mundo contemporâneo e por isso os capitalistas continuam incessantemente preocupados em desenvolver formas que reduzam o custo da força de trabalho.

## THE CENTRALITY OF WORK IN THE PROCESS OF VALORISATION OF CAPITAL

### ABSTRACT

*The article examines the question of the centrality of work in contemporary capitalism under the rule of finance. Presents the dynamics of the labor market in the period known as a regime of flexible accumulation, in which one observes that capital combines new strategies to exploit the workforce with preterit forms of extraction of surplus value pari passu with the development of mechanisms that lead to expansion financial capital. At that time the*



*capital, partially burning cycle stages D-M-D' (D-M...P... M-D'), changing its value as D-D'. Despite the finding of the dominance of finance in the regime of flexible accumulation, the sphere of production is not eliminated and work continues to be central to capitalism.*

**KEY-WORDS:** *Accumulation Regime. Surplus Value. Value. Work.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7.ed. Campinas, SP: Cortez, 2000.

ARRIGHI, G. **O longo século XX.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BENAKOUCHE, R. **Caracterização da crise econômica atual.** Revista Economia & Desenvolvimento, ano 1, n. 1, p. 99-147, 1981.

BRAGA, J. C. S. **O irracional e o inteligível no capitalismo financeiro.** Campinas: Unicamp, 2008.

COGGIOLA, O. **O capital contra a história:** gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Xamã; Edições Pulsar, 2002.

FRACALANZA, P. S. **Gestão da riqueza e transformações do mundo do trabalho:** a crise do trabalho no regime de acumulação liderado pela finança. XIII Encontro Nacional da Sociedade de Economia Política – SEP. João Pessoa, mai. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 7 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HUSSON, M. **Fim do trabalho ou redução de sua duração?** Revista Soc. Bras. Economia Política, n. 5. Rio de Janeiro: 7 Letras, dez. 1999.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Ed. Victor Civita, 1983.

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil:** 1990-2005. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

IPEA. **Distribuição funcional da renda no Brasil:** situação recente. Rio de Janeiro: N. 14, 2008.

LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. **O desmonte da nação em dados.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MAJNONI d'INTIGNANO, B. **A fábrica de desempregados**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os economistas)

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro III, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

MAZZUCHELLI, F. **A contradição em processo**. 2.ed. Campinas/SP: Unicamp, 2004.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo**. Ijuí: Unijuí, 2005.

RAMONET, I. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro, 1984.

XAVIER, J. A. **Economia política das crises**. Apresentando no I Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, FFLCH/USP, 2000.